

REVISTA DO ENSINO

ÓRGÃO OFICIAL DA INSPETORIA GERAL DA INSTRUÇÃO

SUMARIO

DA REDAÇÃO:

- A reforma dos programas
pag. 1

COLABORAÇÃO:

- Museu pedagogico — Paulo
Monte pag. 3

NOSSA EXPERIENCIA:

- Projeto sobre o café realiza-
do na classe do terceiro ano,
de 5 de setembro a 14 de
novembro pag. 7
Especimens de alguns traba-
lhos de redação pag. 14

TRADUÇÕES:

- A educação das crianças re-
tardadas — Alice Descou-
dres pag. 17

NOTICIARIO:

- Proteção dos monumentos his-
toricos e das obras de arte
pag. 22
Uma realização notavel da
liga brasileira de higiene
mental pag. 24
Reabertura das aulas da Es-
cola de Aperfeiçoamento
pag. 25
Bibliotecas populares pag. 27
O ensino nos Estados pag. 29

REVISTA DO ENSINO
ÓRGÃO OFICIAL DA INSPECTORIA GERAL DA INSTRUÇÃO. N.º 210

Data 20-10-77

A REFORMA DOS PROGRAMAS

A reforma dos programas escolares, que se está fazendo cuidadosamente, é mais um indice do esforço no sentido do aperfeiçoamento progressivo e constante do ensino em Minas-Gerais.

O estudo, sem uma relação natural das varias materias, conduz o aluno a um criterio diferente daquele que a escola lhe ha de proporcionar.

Separar, por exemplo, o estudo da Historia da Geografia é fazer dessas duas interessantissimas materias uma coisa aborrecida. Ao professor, sobretudo, cumpre estabelecer a ligação de maneira que os conhecimentos se imponham aos alunos, solicitem sua atenção, despertem sua curiosidade, induzindo-os a associar, a reunir-se e a organizar as novas experiencias.

*

Os novos programas, em linhas gerais, foram elaborados de modo a permitir uma certa elasticidade, deixando margem para a iniciativa do professor. E, acima de tudo, procurou-se deixar bem clara a orientação a que deve obedecer o bom mestre afim de que possa êle ir organizando o espirito do aluno de acôrdo com as suas necessidades e interesses.

*

Outro aspéto, e não menos digno de nota, da organização dos programas, é a elaboração de instruções apropriadas a sua pratica e execução. Ver-se-á que o professor não será obrigado a agir dentro, exclusivamente, de suas determinações. O espantallo do programa vai se dissipando e desaparecendo. O professor poderá e deverá seguir a orientação que melhor convenha aos alunos. Estes é que, em ultima analyse, encaminham e orientam o ensino.

*

E a melhor orientação não é considerar a criança como "vivendo em um mundo de fatos e ideais", mas é colocá-la dentro de seu meio proprio.

O essencial — diz Dewey — são as subdivisões logicas, o encadeamento das materias". Com este espirito é que foram organizados alguns programas.

*

A escola, como bem acentúa o grande professor americano já citado, divide e fraciona o mundo. Coloca a criança no mesmo nivel do adulto, com as mesmas experiencias e o mesmo desenvolvimento mental. E' este o erro que se está procurando corrigir.

Ao bom professor cumpre fazer do programa, não um trilho de estrada de ferro, mas um caminho amplo e largo onde tenham em lugar proprio todas as iniciativas que encantam e embelezam a escola.

COLABORAÇÃO

MUSEU PEDAGOGICO

PAULO MONTE

Ao Estado de Minas coube a primazia da organização de um Museu Pedagógico em o nosso país.

A confusão que se faz entre Museu Pedagógico e Museu Escolar é muito grande ainda entre nós.

O museu escolar é feito para os meninos das escolas, enquanto o Museu Pedagógico é destinado ao aperfeiçoamento dos professores.

Nos países europeus e em alguns americanos essas casas de instrução contam-se ás dezenas. A Argentina e o Uruguai possuem os seus desde 1888.

Os mais antigos e talvez os melhores encontram-se na Alemanha e nos Estados Unidos.

No Brasil nada se havia feito até agora, porque o professor jamais fôra objéto das cogitações dos nossos administradores.

O nosso professor é o pária da nossa instrução.

Minas-Gerais, tendo encarado a sério o problema da educação popular, procurou olhar com carinho essas "abelhas mestras", esteios de todo o edificio educacional.

Escreveu Jonathas Serrano: — "Quando se cogitar de renovar o vasto e complexo aparelho de ensino, a questão sobre todas relevante é a da formação do proprio mestre. Sem a exáta compreensão do papel que lhe cabe na obra educativa, todo o luxo de instalações materiais e a mais requintada e copiosa

informação bibliografica serão insuficientes para a consecução do alto objetivo”.

O professor, pessoa geralmente de poucos recursos, necessita de aperfeiçoar-se para dar cabal desempenho á sua missão.

Como fazê-lo? Nos Museus. Cumpre ao Estado facilitar-lhes a tarefa em beneficio proprio.

Daí a necessidade dos Museus Pedagogicos de que só aparece o primeiro entre nós, embora de moldes bem modestos.

No Brasil principalmente eles prestarão beneficios incalculaveis, sobretudo nesta quadra de renovação dos metodos educacionais. Ninguem ignora o modo por que é feito nas nossas escolas e ginasios os cursos praticos de Ciencias Naturais, Fisica, Quimica e Geografia.

A maioria dos collegios possui gabinetes e laboratorios bem montados, e alguns os têm até luxuosos.

São constituídos de instrumentos de elevado preço, de modo que os estudantes os conhecem apenas através dos vidros de armarios grandes e vistosos.

Acontece que as futuras professoras, com rarrissimas exceções, á falta de exercicios, desconhecem a parte experimental da ciencia, de que justamente mais necessitam.

Erudição livreca, quando “ao envés do ensino literario pelo livro deve-se preferir a educação científica pela Natureza” — no dizer de Roquette Pinto, e ainda afirmou Fraunhofer “A Natureza fala pela experiencia”.

A Escola Nova exige do professor maiores conhecimentos. O mestre moderno não póde, sob pena de falhar á sua finalidade, limitar-se a fastidiosas preleções, ou a demonstrar principios de memoria.

A educação de hoje visa principalmente formar individuos aptos a desempenhar qualquer função no meio em que vivem.

Os meninos devem, ao deixar a escola, ter da vida uma noção mais de verdade do que de beleza, prontos para vencerem os obstaculos que repontam a todo instante.

No Museu Pedagogico as professoras farão o estudo experimental das ciencias. Estudarão experimentando, observando, inventando.

O museu terá, aliás, por ser de sua propria natureza, uma feição dinamica, mais consentanea ao espirito da época. Será uma escola de atividades, onde a professora procurará bastar-se a si propria, prevenendo a falta de recursos do lugar onde estiver sua escola.

Não são os aparelhos caros e vistosos os mais proprios e melhores para as demonstrações de principios ou de leis.

Bouasse afirmou que, se dependesse dele, destruiria esses instrumentos de Fisica todos cheios de dourados e prateados, muito comodos para a preguiça dos professores e nefastos para a educação dos alunos.

E' certo que um ou outro aparelho de precisão se torna mister.

O aparelhamento deve ser simples, e tanto quanto possivel devemos lançar mão de objéto usuais para formá-los.

Uma “carrapeta” substitue perfeitamente o disco de Newton; vidros de lampeão, adquiridos na venda mais proxima, suprem o aparelho de Pascal ou de Haldat.

Cartão, pedacinhos de madeira, de ferro, arame, copos, pregos, reguas, etc. combinados, dão prestantes aparelhos de Fisica.

O genio inventivo, a pratica, a observação serão elementos que suprirão falhas, e no Museu haverá campo amplo para despertar faculdades e desenvolver aptidões.

Um Museu Pedagógico geralmente compreende uma biblioteca, aparelhos de ensino, mapas, modelos, coleções geograficas, científicas e tecnologicas, coleção de material de ensino: plantas de casas para escolas, tipos de mobilias escolares.

Nos países europeus é costume organizar os museus do seguinte modo:

Uma biblioteca; secção de material de ensino e mobilia escolar; exposição escolar ou museus de educação ou ainda havendo secções melhor discriminadas: material escolar; aparelhos de ensino; coleção de trabalhos; arquivo e estatística relativos á historia da educação.

Na America, sobretudo nos Estados-Unidos do Norte, multiplicam-se as secções: Fisica, Mineralogia, Entomologia, Zoologia, Modelagem e Geografia.

Não existem, nem é admissivel que se preconizem moldes rígidos para a organização de Museus de qualquer natureza, mórmente pedagógicos. Temos de atender a diversos fatores, quais sejam: recursos economicos, conveniencias de ordem geral, necessidades de natureza varia, etc.

O nosso Museu, penso, deve abranger cinco secções: 1.º — aparelhos de ensino experimental-fisica, quimica, ciencias; 2.º — secção de Historia Natural — mineralogia, zoologia, entomologia; 3.º — geografia — modelagem; 4.º — sala de projeções; 5.º — exposição de trabalhos.

Nesta ultima secção ficarão trabalhos de qualquer natureza praticados pelas professoras e tudo enfim que possa ser util a quem vier depois.

Anexa ao Museu, ficará a Biblioteca Pedagógica — alma que é daquele.

NOSSA EXPERIENCIA

PROJETO SOBRE O CAFE' REALIZADO NA CLASSE DO TERCEIRO ANO, DE 5 DE SETEMBRO A 14 DE NOVEMBRO

Pensando maduramente nos meios que poderiam contribuir para aumentar o rendimento escolar em minhas classes, organizando material que favorecesse o nosso trabalho, procurando processos que melhor despertassem o interesse infantil pelo material apresentado, emfim lendo e comparando os métodos que nos apontam os melhores pedagogos da atualidade, o método de projectos se nos afigurava sempre com vantagens elevadas sobre todos os outros. Já tendo sido experimentado no quarto ano da professora Olga Ferreira, sobre a China e o Japão, conforme expus no meu primeiro relatório, esta professora tentou um outro, tomando como assunto principal o leite; este, por ser o segundo foi executado mais facilmente, dando oportunidade para muitos e bons trabalhos em classe. Deixo de relatar as atividades desenvolvidas por estes alunos, durante o projecto, para tomar um outro sobre o café, realizado com muito exito na classe do terceiro ano da professora Geny Maria do Carmo,

que pela primeira vez punha este método em pratica.

Objetivos da professora: a) motivar o trabalho escolar; b) torná-lo mais atracente; c) favorecer o relacionamento das materias; d) dar mais atividade á classe, visando as diferenças individuais; e) ter uma fonte de material proprio para ilustrar suas aulas; f) cultivar entre os alunos bons habitos de trabalho, como: trabalhar em grupo, com ordem e economia, precisão e asseseo, pontualidade, etc.; g) torná-los mais observadores, atentos ao que os rodeia; h) desenvolver-lhes a iniciativa, a responsabilidade, a confiança em si, a cooperação, o tato, o julgamento, a critica construtiva, a linguagem oral e escrita, etc.; i) tornar o trabalho escolar conhecido.

Motivação: — Estavamos organizando o museu. Recebendo do sr. Americo Portella, fazendeiro deste municipio, algumas amostras de café classificado em tipos 2, 4 e 7, pedi aos alunos da clas-

se que fizessem as etiquetas para os mesmos.

Como havíamos pensado na introdução do projeto, procurei interessar os alunos pelas amostras, conversando com eles, chamando-lhes a atenção para a diferença de um tipo do outro, diferença notável em cor e tamanho.

Um dos alunos me fez esta pergunta: "Por que o sr. Portella sabe que este café é de um tipo e esse é de outro?" Explicando-lhes que a classificação em tipos se fazia conforme os defeitos que o café apresentava e mostrando estes defeitos cuidadosamente separados pelo sr. Portella, veio de um outro aluno a seguinte pergunta: "Por que o sr. Portella sabe que uma casca constitui tantos defeitos, uma pedra outros tantos?" etc. Outras questões foram ainda apresentadas. Por que fazia esta classificação com o café e não fazia com os outros produtos brasileiros? Quantos tipos de café havia? Qual o que valia mais?

ATIVIDADES REALIZADAS:

— LINGUA PATRIA: — Aquelas perguntas registradas no quadro pediam uma solução. Foi então sugerida a idéia de se pedir explicação ao sr. Portella. Um dos alunos disse que, quando êle viesse à cidade, aproveitariam a ocasião. Outros achavam que era melhor ir à fazenda do mesmo. Esta idéia prevaleceu, ficando determinado que no dia seguinte a classe escreveria uma carta ao referido sr., pedindo licença para visitar a sua lavoura de café,

dar-lhes algumas explicações sobre este produto, pedindo marcas e o dia em que fosse possível atendê-los.

Assim motivada, no dia seguinte a carta foi o primeiro trabalho que a classe reclamou. Recebida a resposta, as crianças discutiram sobre o meio de se transportarem à fazenda. — A pé, dizia uma. — Não pôde, é muito longe, respondia outro. — A cavalo, lembrava um 3.º — Onde arranjar cavalo para tanta gente? ponderava alguém. Vem, então, a idéia do caminhão. Lembram-se de pedir o da Prefeitura emprestado, surgindo outro motivo para uma carta feita com prontidão e boa vontade.

A resposta do Prefeito, pondo o caminhão à disposição dos alunos, promove outra discussão em classe — a gasolina e a hospedagem em quanto ficam? Como poderão ser pagas? Um grupo se encarrega da questão, informando no dia seguinte que o litro de gasolina custava 18800, a pedagem 168800 e eram necessários 10 litros para a viagem. Orçamos as despesas, discutem sobre o assunto e decidem a questão do seguinte modo: — cada um contribui com 18000 e os mais pobres com \$500.

Resolvidas as dificuldades, elaboraram o plano da excursão (caderno n. 1) e no dia marcado, todos estavam no Grupo, alegres, com seus cadernos e lapis, prontos para a partida. Trabalharam muito neste dia, tomaram nota de tudo que ouviram do sr.

Portella, com muito interesse e atenção. Voltando ao Grupo, foram colecionar as informações colhidas, ficando as melhores registradas em um caderno que devia ser conservado no grupo (caderno numero 1). Discutiram sobre o passeio, manifestaram a impressão ótima que trouxeram da fazenda e de seu proprietário. Lembaram-se também de fazer-lhe uma carta agradecendo mais uma vez as gentilezas recebidas e um cartão ao Prefeito, agradecendo o caminhão. Outras atividades se desenvolveram ainda, todas correlacionadas, unificando o trabalho, tornando-o desejado pelas crianças, facilitando a compreensão e a adaptação rápida. A carta ao Prefeito, pedindo o caminhão, motivou uma conversa sobre a Prefeitura, que foi visitada pela classe, onde colheu informações sobre o seu movimento, com as quais formulou vários problemas.

O estudo sobre o Prefeito como uma das autoridades locais deu margem a uma conversa que se prolongou por alguns dias sobre juiz, promotor, advogado, jurí, etc., a qual, ficou melhor compreendida com a excursão que se fez ao fórum, onde o juiz de direito atenciosamente satisfez todas as perguntas dos alunos.

A classe movimentava-se diariamente, ora para um lado, ora para outro, enriquecendo suas experiências, desenvolvendo sua linguagem, fornecendo à professora um material rico para a ilustração de suas aulas, que eram vividas pelas crianças.

Todo o trabalho era feito com um objetivo, era um meio para a aquisição de um fim.

A coletoria e a estação precisavam também ser conhecidas dos alunos. Naquela, foram saber si os produtores de café pagavam imposto e, nesta, a exportação de café do nosso município, ganhando, em cada uma destas visitas, novos conhecimentos, enquanto se multiplicavam os motivos para as composições.

O julgamento destas favorecia ainda o desenvolvimento da linguagem oral, ao mesmo tempo que os registros e as cópias das mesmas davam oportunidade para o aperfeiçoamento da caligrafia.

A leitura precisava também ser visada nesta unidade de trabalhos. Separados os livros (Tesouro da Juventude, revistas e geografias) nos quais os alunos podiam encontrar informações sobre o café, a professora procurou motivar a leitura, conversando com os alunos sobre o que já haviam aprendido e perguntando-lhes si desejavam saber mais alguma coisa do café. A resposta afirmativa da maioria promoveu na classe troca de idéas, sempre dirigidas e alimentadas pela professora, a qual deu em resultado a elaboração das seguintes perguntas:

- 1) Quais os países que produzem café?
- 2) Para onde o Brasil exporta mais café?
- 3) Qual a maior lavoura de café do Brasil?

4) Onde fica a maior lavoura de café do Brasil?

5) Qual o país estrangeiro que produz mais café?

6) Qual o Estado do Brasil que não produz café?

7) Quantos pés de café tem o Brasil?

8) Quantos pés de café tem o nosso município?

9) A como é vendido o café no Brasil?

10) A como é vendido o café no estrangeiro?

11) Que é que o estrangeiro faz do café?

12) Porque o café é considerado o nosso primeiro produto?

13) Qual o tipo do café mineiro?

14) Quanto de café o Brasil exportou no ano passado?

15) Quais os prejuízos que sofreu a lavoura do café no Brasil?

16) Em que terreno se planta o café?

Registradas pelos alunos em seus cadernos, pensavam onde encontrar suas respostas.

Alguns achavam que os livros podiam auxiliá-los neste trabalho. Outros eram da opinião que o Conselho Nacional do Café poderia dar-lhes melhores informações. Veiu então a idéia de se escrever uma carta ao Conselho, pedindo aquelas explicações, a qual foi redigida no dia seguinte, não tendo merecido resposta.

Interessados sempre pelo assunto, interesse que a professora procurava avivar, cada vez mais, traziam diariamente de casa tre-

chos de jornais onde haviam lido alguma coisa sobre o café.

Lidos e comentados em classe, forneciam não só oportunidades para o desenvolvimento da linguagem, como também do calculo. Eram cortados e colados em cadernos, à hora de trabalhos manuais com a indicação do nome dos que os haviam apresentado, estimulando os outros a o fazerem também.

Enviada a carta ao Conselho, os alunos acharam que deviam ir procurando resolver o questionário por eles formulado, valendo-se dos livros que a professora lhes apresentara, dizendo: "Ha aqui muito coisa sobre o café; talvez vocês encontrem resposta para algumas de suas perguntas". Dividiram-se em grupos e começaram o trabalho. A principio mostravam dificuldade para tomar notas — ou copiavam tudo do livro ou não encontravam nada que lhes servisse. Depois de alguns dias de trabalho improficuo, sempre animados pela professora, começaram a compreender melhor e a encontrar as informações procuradas. Dai por diante a classe passou a fazer diariamente a leitura informativa, comentando-a depois e registrando os resultados obtidos.

ARITMETICA — A professora encontrava no estudo do café um campo vasto para a introdução da aritmetica. As excursões realizadas davam motivo para a elaboração de varios problemas. Os pedaços de jornais, em que se encontrava noticia sobre o mercado

do café, trazidos de casa pelos alunos, eram aproveitados para o mesmo fim. A revista "O Monitor Mercantil" favoreceu também a illustração das aulas. Por este ligeiro esquema tem-se a idéa do trabalho realizado com relação á aritmetica. Problemas sobre os defeitos dos diferentes tipos de café. Idem, sobre as despesas da excursão á fazenda do sr. Portella. Idem, sobre a lavoura cafeeira deste mesmo sr. Idem, sobre a exportação e distribuição do café brasileiro na Dinamarca (noticia tirada de jornal). Idem, sobre a produção de café no nosso município. Idem, sobre a lavoura do sr. Olyntho Guimarães, o maior produtor desta zona. Idem, sobre o movimento da prefeitura e coletoria. Idem, sobre a exportação de café realizada de 11 a 17 de setembro (informações tiradas do Monitor Mercantil). Idem, sobre o mercado do café em Santos, Rio de Janeiro, Angra dos Reis e Vitoria. Idem, sobre a introdução do café no Brasil. Idem, sobre a importação feita pela Alemanha. Idem, sobre a exportação do café brasileiro, de julho de 1931 a junho de 1932 (informações tiradas de jornais). Idem, sobre a exportação de café feita pela estação desta cidade em 1931 e 32. Idem. Idem, pela de Amadeu Lacerda, neste mesmo periodo.

Eram problemas vitais, alguns organizados pelos proprios alunos e que favoreceram muito o desenvolvimento mental da maioria da classe. A principio estes alunos não entendiam como a

professora, valendo-se dos numeros encontrados nas noticias que traziam para a escola, podia elaborar tantos problemas.

Depois foram compreendendo melhor aquelas informações e no final já subtraíam delias os elementos necessarios para a organização de seus problemas.

GEOGRAFIA E HISTORIA —

Sempre correlacionadas, as noticias referentes a estas disciplinas, que antes do projeto não interessavam á classe, foram introduzidas pelos proprios alunos, discutidas com calor e guardadas sem o esforço da memoria. Procurando responder ao questionario formulado, iam, através das leituras, entrando no assunto. São Paulo veiu a lume como o maior produtor de café do mundo. A sua localização, comercio, industria, porto principal, capital e cidades, etc., ficaram conhecidos da classe.

A historia de seu povo mereceu bastante atenção da classe, sobretudo no periodo da revolução, motivando também as leituras feitas com interesse sobre bandeirantes e emboabas e que eram seguidas de uma animada discussão. Os outros Estados produtores do café foram também estudados, assim como as zonas cafeeiras de Minas. Procuraram muito e descobriram quais os outros países produtores de café e os importadores do café brasileiro. Os produtos do Brasil, as zonas peculiares a cada um, portos escoadores dos mesmos, foram objecto de discussão em classe. O desenvolvimento do nosso Esta-

do, sua localização, a falta que nos faz um porto marítimo, as nossas possibilidades futuras, o nordeste do país, seus grandes homens, o heroísmo do seu povo, tudo isto veio à baila nesta unidade de trabalho, sem que os alunos percebessem que se tratava desta ou daquela disciplina. Os conhecimentos adquiridos ficaram bem visíveis em um auditorio realizado no final do projeto, do qual falarei adiante.

CIENCIAS NATURAIS E HIGIENE — Falando do prejuízo que a chuva de pedra traz ao café, a professora teve oportunidade de conversar com os alunos sobre as nuvens, chuva, relampago, trovão, raio, para-raio e arco-íris. A geada causa também prejuízo às plantações e, como tal, foi tratada, dando ensejo para se referir ao orvalho, sereno e neve. O preparo da terra para o plantio do café motivou o estudo sobre as estações do ano. As diversas plantações interessaram a classe, permitindo que se falasse também da germinação, calor, ar, atmosfera e vento. O preparo do café em classe foi motivo para o estudo da água nos 3 estados, temperatura dos corpos, efeitos do calor e da humidade.

Servindo-se do café preparado, a professora conversou com os alunos sobre o abuso desta bebida, principalmente entre as crianças, referindo-se depois ao alcoolismo e seus perigos, passando ainda aos outros hábitos perniciosos à humanidade, jogo e fumo.

DESENHO — Abandonado como tem estado, o desenho em nossas escolas é uma atividade que pouco agrada aos alunos. Mas, durante o estudo que fizeram sobre o café, os meninos do 3.º ano realizaram alguns. Estão muito imperfeitos, sem proporção, cheios de muita fantasia, mas foram estes os melhores que a classe conseguiu realizar — uns, copiados do natural, outros, de uma gravura, alguns mapas do Brasil e de Minas, destacando as zonas cafeeiras, e objetos levados à classe no dia do preparo do café.

As dificuldades que mostravam, a princípio, para o desenho, diminuíram depois de muito exercício, e, si continuarem a praticá-lo, estou certa de que se desenvolverão muito, pois ha nesta sala meninos que revelam habilidade para o fazer. A aluna Idalina Moreira, por exemplo, já estava traçando com rapidez o esboço de qualquer objeto que se lhe punha à frente.

TRABALHOS MANUAIS — A esta hora cortavam as notícias dos jornais para colar. Outros cortavam as vistas dos Estados brasileiros para pregarem no album. Alguns desenhavam e um outro grupo cortava o papel e fazia envelopes destinados aos convites para o auditorio. O corador para o café foi também confeccionado na classe por uma aluna.

AUDITORIO — Esta classe era por mim uma das menos desenvolvidas socialmente. Seus alunos não falavam, gostavam muito

de ouvir a professora, estavam sempre atentos às suas explicações. Si se lhes fazia uma pergunta, raramente ouvia-se a resposta. Muito tímidos, tinham um receio enorme de errar. Em abril procurei interessá-los pela organização de um auditorio, e este só se realizou em agosto. Mesmo assim com dificuldade, pois muitos diziam que não compareciam no dia, tinham vergonha dos convidados. Mostravam-se frios, indiferentes à reunião que estavam preparando e no dia poucos pareciam contentes, os outros estavam desapontados, aparentando aflição pelo final do auditorio. Observando isto, achei ser necessário dar a esta classe atividades que contribuissem para o seu desenvolvimento social. Daí, a resolução tomada — introduzir o projeto que favorecesse estas atividades, obrigando as crianças a agir, falar, enfim adquirir as virtudes sociais indispensáveis na vida.

O resultado foi ótimo. Organizando o auditorio para apresentação dos trabalhos realizados durante o projeto, tive oportunidade de apreciar uma verdadeira transformação na classe. Todos muito entusiasmados, prontos para qualquer trabalho, dispostos a falar, discutir, contar histórias, recitar, etc.

Os que assistiram a este e a outros auditorios do grupo, o julgaram como sendo o melhor de todos. Mesmo a diretora, que é muito reservada, nunca se manifestando sobre as reuniões sociais a que tem assistido, me dis-

se: — "Gostei muito do auditorio do 3.º ano". De fato esta bom. Não era uma festa de arte, mas uma reunião infantil em que as crianças revelaram ter adquirido espontaneidade, confiança em si, iniciativa, bom gosto, alegria e muito entusiasmo. Mesmo a linguagem, tão descurada em nosso meio, foi usada com maior correção. Fizeram uma palestra longa e animada sobre as excursões realizadas e o que aprenderam do café. Contaram historia, recitaram, houve um "cont", a dramatização, a melhor que conseguimos organizar em todo o grupo, e ofereceram doces e café aos convidados. Pela atitude das crianças no auditorio e trabalhos apresentados, fiquei certa de que a professora havia alcançado, com vantagem, os objetivos desejados e de que o metodo de projetos na pratica produz farta messe de bons resultados.

TRABALHOS DE REDAÇÃO MOTIVADOS PELO PROJETO:—

- 1) Carta ao sr. Americo Portela pedindo licença para visitar a sua lavoura.
- 2) Idem, ao sr. Amancio Bernardes pedindo emprestado o caminhão da Prefeitura.
- 3) Plano para a excursão à fazenda do sr. Portela (trabalho coletivo).
- 4) Coordenação e registro das informações recebidas do sr. Portela (trabalho em grupo).
- 5) Idem, ao mesmo sr., agradecendo as atenções recebidas.
- 6) Cartão ao sr. Amancio Bernardes, agradecendo o empréstimo do caminhão.

7) Idem, ao sr. Alexandrino Coutinho, secretario da Prefeitura, pedindo licença para ir á mesma colher informações sobre o seu movimento.

8) Plano para a excursão á Prefeitura (trabalho coletivo).

9) Organização e registro das informações colhidas (trabalho em grupo).

10) Plano para uma excursão á coletoria estadual (trabalho coletivo).

11) Organização de registro das informações colhidas nesta excursão. (trabalho em grupo).

12) Elaboração das questões sobre o café (trabalho coletivo).

13) Carta ao Conselho Nacional do Café, pedindo informações sobre as questões acima, alguns livros e revistas.

14) Coordenação das informações colhidas em leituras informativas (trabalho em grupo).

15) Plano para uma excursão ao forum (trabalho coletivo).

16) Coordenação e registro das informações colhidas nesta excursão (trabalho em grupo).

17) Cartão ao agente da estação local, pedindo licença para ir á mesma colher informações sobre a exportação do café em nosso município.

18) Plano para esta excursão (trabalho coletivo).

19) Organização e registro das informações colhidas nesta excursão (trabalho coletivo).

20) Carta aos agentes das outras estações do município, pedindo informações sobre a exportação do café pelas mesmas em 1931 e 32.

21) Registro das informações recebidas do sr. Cicero Indalecio de Souza, agente da estação de Amadeu Lacerda.

22) Cartão ao mesmo agente, agradecendo o favor recebido.

23) Convite para o auditorio.

Em 28 de novembro de 1932. A professora técnica, *Maria Angélica de Castro*.

ESPECIMENS DE ALGUNS TRABALHOS DE REDAÇÃO

saber si o sr. pode nos explicar alguma cousa sobre o café.

Si o senhor der licença de irmos visitar a sua fazenda, pedimos o favor de nos dizer o dia em que podemos ir.

Respeitosamente envio-lhe os cumprimentos dos alunos do 3.º ano. Pela minha Classe, Anna Rezende.

Carta ao sr. Portela pedindo licença para ir a sua fazenda colher algumas informações sobre café.

Exmo. sr. Americo da Fonseca Portela.

Saudações

Escrevo-lhe esta cartinha em nome de meus colegas, afim de

Santo Antonio do Monte, 6 de setembro de 1932.

Plano de excursão

Lugar — Fazenda do Bom Jardim.

Dia — 19 de setembro.

Meio de transporte — Caminhão.

Despesas orçadas — 27\$800.

Hora — ás 8.

Reunião — no grupo.

Material — lapis, caderno e merenda.

Fim — pedir explicações sobre o café — ensinar a conhecer os tipos de café. Mostrar a maquina de limpar o café.

Saber quantas sacas de café cabem na maquina.

Como seca o café.

Como planta.

Como colhe.

Como ele conhece os defeitos do café.

Como ele conhece o café ardiado.

Como ele trata do café.

Como é tocada a maquina.

Quantos pés de café ele tem.

Quantas arrobas de café colhe no ano.

Qual a maior lavoura de café do nosso município.

Quando colhe o café.

Quando planta.

Para onde vende.

Por quanto vende a arroba.

Quantas vezes o café dá no ano.

Para onde vende mais café.

As despesas feitas com uma lavoura de café.

Quais os cuidados com o café para que ele dê um tipo muito bom.

O que é que causa prejuizo á lavoura de café.

Santo Antonio do Monte, 17-9-1932. Grupo escolar "Amancio Bernardes". Maria José Cabral.

Carta ao presidente do Conselho Nacional do Café pedindo explicações sobre aquele produto e alguns livros e revistas.

D. D. sr. presidente do Conselho Nacional do Café, Mario Roquete Pinto.

Atenciosas Saudações

Nós do 3.º ano estamos estudando algumas coisas sobre o café e temos umas questões que não sabemos. Por isso, escrevemos pedindo ao sr. o favor de nos mandar algumas explicações sobre esse produto do Brasil. Si o sr. quiser nos arranjar alguns livros e algumas revistas em que podemos procurar algumas informações sobre o café, ficaremos muito agradecidos.

De uma das questões, breve vamos ter resposta: é a 3.ª, porque estamos somando as lavouras do nosso município. Estamos com muita vontade de aprender algumas coisas sobre o café, porque é o principal produto do Brasil.

São estas as questões a resolver:

1.º) Quais os países que produzem o café?

2.º) Para onde o Brasil exporta mais café?

3.º) Qual a maior lavoura de café no Brasil?

4.º) Onde fica a maior lavoura do Brasil?

REVISTA DO ENSINO

REDAÇÃO:

Diretor: Inspetor Geral da Instrução.
Redatores: Membros do Corpo Técnico da Secretaria da Educação.

EXPEDIENTE:

A "Revista do Ensino" publica-se quinzenalmente.

ASSIGNATURAS:

Annual 20\$000.
Semestral 10\$000.
Número avulso 1\$600

Toda correspondência destinada à "Revista do Ensino" deve ser enviada à sua redação

Inspetoria Geral da Instrução
Secretaria da Educação
Belo-Horizonte

País-Publicidade — Está autorizada a receber anúncios para a Rev. do Ensino

- 5.º) Qual o país estrangeiro que produz mais café?
 - 6.º) Qual o Estado do Brasil que não produz café?
 - 7.º) Quantos pés de café tem o Brasil?
 - 8.º) Quantos pés de café tem o nosso município?
 - 9.º) A como é vendido o café no Brasil?
 - 10.º) A como é vendido o café no estrangeiro?
 - 11.º) Que é que o estrangeiro faz do café?
 - 12.º) Porque o café é considerado o nosso 1.º produto?
 - 13.º) Qual o tipo do café mineiro?
 - 14.º) Para que classificar o café?
 - 15.º) Quanto de café o Brasil vendeu o ano passado?
 - 16.º) Quais os prejuízos que sofre a lavoura de café no Brasil?
 - 17.º) Em que terreno se planta o café?
- Respeitosamente apresento os

cumprimentos dos alunos do 3.º ano, pelos mesmos, Teresa de Oliveira.

Santo Antonio do Monte, 16 de setembro de 1932.

Grupo escolar "Amancio Bernardes".

Convite

Os alunos do 3.º ano, indo fazer um auditório que se realizará no dia 14 de novembro, têm o prazer de convidá-la e seus alunos para virem assistir ao mesmo às 2,30 e, si vierem, ficam muito contentes.

Santo Antonio do Monte, 11-11-1932. Grupo escolar "Amancio Bernardes".

Programa do auditório do 3.º ano do II turno.

Dia 14-11-1932.

Horas — às 2,30.

- 1.ª parte.
 - 1.º) Palestra sobre o café.
 - 2.º) Apresentação dos trabalhos sobre o café por Alda Delfino de Souza.
 - 3.º) A origem do café — história pela Conceição Souto.
 - 4.º) O café — canto.
 - 5.º) Oferecimento de uma xícara de café aos convidados.
- II parte.
- 1.º) Caçador das esmeraldas, — poesia.
 - 2.º) Dividir depressa e sem errar — jogo de aritmética.
 - 3.º) Leitura de uma história inventada por Teresa de Oliveira.
 - 4.º) Representação de uma história.
 - 5.º) Musica.
- Grupo escolar "Amancio Bernardes".

TRADUÇÕES

A educação das crianças retardadas

por ALICE DESCOEUDRES

3 — Nas *classes para os duros de ouvido* admite-se uma media de 12 alunos; essas crianças, efetivamente, não estão no seu lugar nem nos estabelecimentos de surdos-mudos, onde tentem a exprimir-se por gestos, como o vêm fazer aos inteiramente surdos, e a perder assim o pouco de linguagem que haviam compreendido, nem nas classes especiais, onde, achando-se com crianças de nível mental nitidamente inferior, não recebem igualmente um ensino adequado a suas necessidades; este ultimo inconveniente é talvez maior ainda do que o precedente. Mas é evidentemente quando elas estão reunidas em escolas onde a leitura, a flor dos lábios, forma o centro do ensino que elas fazem progressos mais rapidos.

A cidade de Viena reuniu, em uma só escola, as *crianças estropiadas*. Ela lhes concede o percurso gratuito em trem, para elas proprias e para as pessoas que devem acompanhá-las. Exercícios especiais são feitos para educar os membros doentes, e a gente fica maravilhada do trabalho que podem executar crianças que só têm um braço ou até privadas de mãos. A escola recebe tambem crianças cuja permanencia na escola ordinaria seria prejudicial a sua saude, e as que devem ser beneficiadas com cuidados especiais para se tornarem capazes de grangear a propria subsistencia. (Lêr os artigos do diretor H. Radl, na revista *Krüppel*, Vienna, março — abril e maio, — junho, 1930). Para as crianças mais doentes, são instituidas classes em um hospital.

Em Nova York, os estropiados se transportam a escola por auto-omnibus, ao passo que outros são instruidos no hospital ou em: domicilio por mestres remunerados ou pessoas de boa vontade. A mesma solicitude se nota em Chicago.

Na maioria das classes e dos internatos para retardados — excetuada a Franca — pratica-se o sistema da *coeducação dos sexos*, menos ainda por principio do que para

obter agrupamentos de alunos mais homogêneos e simplificar quanto possível o difícil problema de sua educação.

Lí muitas vezes, e verifiquei eu própria, que esta maneira de agir só dava bons resultados.

É evidente que si a classe especial pôde ser dotada de um *jardim*, o mestre e os alunos terão tudo a lucrar com isso. Será mistér que a orientação familiar continue a educação maternal do jardim de infancia.

O dr. Ley quisera vê proscrita das classes de anormais toda especie de exames, visto como estes predispõem os educadores a descurar o lado educativo do ensino para atender ao lado maquinal, porque é indispensavel que, com anormais, se cuide mais da educação do que da instrução, que, no ponto de vista do desenvolvimento intelectual e da utilização social, reveste apenas um valor muito relativo. Como bem o disse Binet, a vida não representa tanto uma luta entre inteligências quanto entre caractéres.

E, pois, o que cumpre ensinar ás crianças não são tais ou tais noções, por mais interessantes que sejam estas, mas, sim, dar-lhes lições de atenção, de vontade, de disciplina.

C — Preparação dos mestres especiais

O problema da preparação dos mestres especiais está ainda muito longe de ser resolvido. O trabalho deve ser esgotado, e, não, imposto; cumpre antes de tudo haver uma personalidade feita para êle: o caractere importa mais que o saber. Mas, concedido isto, não se deduz que a preparação não seja necessaria, e que, até agora, ela seja notoriamente insufficiente; não basta que o mestre que se destina aos retardados tenha permanecido alguns meses em internatos de anormais ou de surdos-mudos: muitas noções indispensaveis não podem ser adquiridas por via antodidactica. Faz-se mistér uma preparação séria, que deve ser triplice:

1.º — Preparação científica, abrangendo: certas noções de psiquiatria, a psicologia e a pedagogia especiais, a hygiene escolar, incluindo em si algumas medidas ortopedicas, a anatomia e a fisiologia dos órgãos da palavra; o cuidado com os vícios de linguagem; depois o conhecimento das leis e das instituições economicas e sociais, no ponto de vista da protecção aos anormais;

2.º — Preparação técnica, que compreenda a aquisição de ao menos uma ou duas fórmias de trabalho manual

(cartonagem, fatura de cestos, marcenaria, etc.), além de alguns trabalhos froebelianos;

3.º — preparação pratica, que compreende um estagio em classes especiais e internatos de qualquer grau, jardins da infancia e o conhecimento pratico das obras filantropicas.

Seria desejavavel que todos os mestres pudessem passar, em certa medida, por esta preparação, de uma parte, no ponto de vista de seu proprio desenvolvimento psicologico e pedagogico, de outra, para serem capazes de reconhecer, eles proprios, os retardados que devem ser afastados do ensino primario.

Na Suissa, o primeiro curso para os mestres do ensino especial efectuou-se quasi regularmente todos os anos. O primeiro curso em lingua francesa realizou-se em Malvilliers (Neuchâtel), em agosto de 1931.

O Instituto J. Jacques Rousseau, em Genebra, e o Heilpädagogisches Seminar, em Zurich, oferecem muitos cursos destinados a responder aos desiderata supramencionados. O seu ensino, combinado com um estagio pratico, assegura uma boa preparação aos mestres especiais. O relatório do Heilpädagogisches Seminar acentua a utilidade do curso de breve duração para os professores de aldeia que têm, quasi todos, algumas crianças retardadas ou dificeis.

Em 1904 fundou-se em Budapeste o *Heilpädagogische Institut*: é um internato geral de formação para todos os ramos da pedagogia anormal; certos cursos são destinados a todos os mestres (mestres de surdos, de cegos e de anormais); para outros, ha especialização. Só se faculta a admissão mediante certificado primario; os cursos duram dois anos; ha um laboratorio de psicologia anexo ao estabelecimento.

O papel do *médico* na classe especial é por demais evidente para que seja mistér insistir na sua importancia, quer se trate da admissão de crianças na classe especial, ou do tratamento e da observação desses alunos, muitos dos quais são doentes.

Quanto aos papeis respectivos do mestre e do doutor, ao passo que os pedagogos exigem para a direcção de um internato um diretor que tenha passado pela Escola normal, assistido de um doutor, os medicos julgam que a direcção deve ser confiada a um medico capacitado das questões medico-pedagogicas; é, por exemplo, a opinião do dr. Ley: êle pensa igualmente que com um pessoal docente da *élite*,

como deve ser o do ensino especial, uma vigilância pedagógica é inútil. E' tambem a opinião do dr. Fay, medico-inspector das Escolas de Paris, o qual, na *Education* (fevereiro de 1929), exige a colaboração quotidiana do doutor e do educador, cada um com inteira autoridade no seu proprio dominio.

B — Obras extra-escolares

Diferentes obras extra-escolares devem vir completar a obra da classe, respondendo ás necessidades das crianças, como o ensino lhes responde ás necessidades intellectuais e morais: serão as *cozinhas escolares*, as *classes guardiãs*, as distribuições de óleo de bacalhau, de tiroidina ou de outros *remédios* ás crianças mais necessitadas; porque, como exigir e obter uma frequencia escolar regular — o que é de toda a importancia em se tratando dos débéis — si estes não estão sufficientemente garantidos contra as intemperias?

As crianças se ressentem largamente dos felizes efeitos de sua permanencia nas classes especiais: elas aí adquirirem certa habilidade manual, os conhecimentos escolares elementares, hábitos de ordem, de disciplina, de trabalho, de auxilio mutuo. Estão melhoradas, mas não curadas: suas taras cerebrais subsistem; elas permanecem diminuidas na intelligencia, não raro tambem na vida fisica e no caracter: e á sua entrada na vida publica que a sua inferioridade começará a revelar-se da maneira mais "dolorosa". "Para os débéis", escreve Físlér, o fundador das classes especiais de Zurich, que fala por experiencia, "a entrada na vida publica significa muitas vezes o começo de uma vida de sofrimentos".

E' neste momento que se faz sentir a necessidade de uma Associação de Patrocinato ou de protecção das crianças retardadas, e que venha acudi-las no instante em que elas mais necessitam de uma direcção intelligente e devotada. O Estado compreendeu que ha nisso interesse de sua parte.

A Sociedade de Patronato começa, afinal a agir antes que a criança deixe a escola, primeiro para entrar em contacto com os pais, conciliar-lhes a confiança e a afeição, quer em reuniões familiares, quer em conversações em domicilio, quer mesmo muitas vezes em passeios campestres, feitos em comum. A Sociedade se encarrega igualmente de pôr no campo, durante as ferias, as crianças que destas ne-

cessitam, mas cuja colocação ali o estado mental ou a indisciplina tornam difficil; outras vezes, ela vem em auxilio da familia para prolongar o tempo de escolaridade da criança, si são só as condições economicas da familia que a isso se opõem e si se reconheceu que a criança aproveita com o ensino. Ali onde a Sociedade já conta alguns anos de existencia, é a escola ou mesmo a familia que á mesma se dirige nos muitos casos em que uma intervenção é necessaria no ponto de vista moral ou social.

Mas é sobretudo depois da escola que começa o papel importante da *Sociedade de Patrocinio*. O primeiro dever, nem sempre o mais facil, é chegar a reformar as vistas não raro muito illusorias dos pais acerca do estado e das capacidades dos seus filhos, chegar a persuadi-los de que o bem fisico e moral de seus filhos importa mais que o lucro; convencê-los dos perigos que certos lugares apresentam para crianças tão sugestionaveis, tão facilmente arrastadas ao mal por crianças mais inteligentes. O melhor é dirigir os retardados para as carreiras em que possam trabalhar sob vigilancia, isentos de toda responsabilidade; o trabalho maquina, da grande industria que lhes convém admiravelmente: não tendo mais que repetir sempre o mesmo movimento os retardados podem tornar-se nele tão habéis como os normais, senão os excederem até. Mas no ponto de vista higienico, considerando que os retardados são muitas vezes afetados de taras fisicas e vivem em tristes condições economicas, o trabalho ao ar livre, no campo, é evidentemente preferivel. São os lugares de pequenos commissarios os que nas cidades mais tentam os pais. Mas esses lugares obrigam as crianças a correr pelas ruas; elas travam conhecimento com outras mais bem dotadas que não raro abusam delas, de outra parte, seus patrões nem sempre tem a comprehensão, a paciencia necessaria. Cumpre examinar de perto as aptidões das crianças para escolher a carreira que melhor lhes convém. Em certo numero de casos é a isto que se reduzirá a atuação da Sociedade, quer se possa deixar nas mãos dos pais o cuidado de velar pelos interesses de seus filhos, quer os pais se recusem a aceitar a intromissão da Sociedade em seus negocios (este é naturalmente muitas vezes o caso dos pais mais incapazes de velar pelo bem dos filhos).

Em outros casos, a Sociedade continúa a occupar-se da criança no apprendizado ou no lugar: é uso designar para cada criança um *patrono* que vele pelo seu bem fisico, intellectual ou moral.

Cada patrono recebe um formulário segundo o qual deve fornecer à Sociedade, duas vezes por ano, esclarecimentos relativos aos pontos seguintes: as condições familiares, o estado de saúde, o retardamento intelectual, a vida ativa, o caráter, a natureza do trabalho, si o candidato acha prazer nas suas ocupações, seu salário, o que ele faz para se instruir, e, depois, diversas observações.

O protetor é que é encarregado de regular as condições do trabalho, de velar pela conduta dos empregados, de solicitar a paciência dos patrões, de velar pela saúde dos seus protegidos, de obter-lhes as férias gratuitas quando estas se fazem necessarias. A experiencia prova que poucos alunos são capazes de seguir uma aprendizagem até ao fim, de voar enfim, com as proprias asas: a duração dessa proteção se estende, pois, até além do tempo da aprendizagem.

A Sociedade tambem acode em auxilio aos seus protegidos, no ponto de vista financeiro, e isso é mais do que justo, pois que eles não são capazes de ganhar a propria subsistencia senão por metade: ella lhes acode em auxilio, para lhes pagar as despesas de alimentação e de roupa, para lhes pagar uma passagem no trem, uma permanencia no campo, pequenos presentes de Ano Novo; muitas vezes tambem ella distribue premios de animação aos patronos que conseguiram levar a cabo, com bom exito, a aprendizagem de um retardado.

NOTICIARIO

Proteção dos monumentos historicos e das obras de arte

(Comunicado da Directoria Geral de Informaçoes, Estatística e Divulgaçao do Ministerio da Educaçao e Saude Publica)

A proteçao do nosso patrimonio monumental, quer no que se refere aos tesouros artisticos, quer no que respeita ás reliquias historicas, só muito recentemente começou a preoccupar a adm-

nistracão. Entretanto, tem-se ella traduzido em medidas capazes, si devidamente sistematizadas, de produzir os melhores resultados, habilitando-nos a acompanhar o movimento que, a esse respeito, se vai verificando no mundo por influencia da Liga nas Naçoes.

Em dois Estados brasileiros já existem orgãos especialmente consagrados á defesa desse patri-

monio, e o Governo Federal instituiu, pelo decreto n. 15.596, de 2 de agosto de 1922, o Museu Historico Nacional, actualmente a cargo do seu organizador, o qual, no relatório anual dirigido ao Ministro da Educaçao e Saude Publica, já sugere a possibilidade de vir aquelle centro a constituir-se na agencia central incumbida de promover, por todos os meios, a salvaguarda do que possuímos atestando o genio dos nossos artistas e perpetuando a memoria dos grandes feitos historicos da nacionalidade e dos vultos notaveis a que foram elles devidos.

A campanha, que nesse sentido se anuncia, promissora de tão benemeritos frutos, não objetiva apenas uma finalidade nacional, mas se reveste ainda de um alcance internacional evidente, considerando que o conceito das fronteiras, em se cogitando do patrimonio artistico de humanidade, apenas prevalece para accentuar o dever da cooperacão de cada povo, na conservacão da parte desse patrimonio que lhe compete reparar e desenvolver em beneficio da civilizaçao em geral.

E, aliás, este o pensamento expresso pela Comissao Internacional de Cooperacão Intelectual da Liga das Naçoes, afirmando, como fundamento do voto emitido em sua reunião de 23 de julho de 1932, que "a conservacão do patrimonio artistico e archeologico da humanidade interessa á comunidade dos Estados, guardas da civilizaçao", e que "a mais segura garantia da conservacão dos monumentos e obras de arte reside no respeito e no amor que lhe atribue cada povo de per si, sentimentos que podem ser grandemente favorecidos por uma açao bem orientada dos poderes publicos".

Baseada nessas premissas e em outras, que constam de varios

consideranda formulados, decidiu a Comissao recomendar as medidas seguintes:

— "Que os Estados, agindo de accordo com o espirito do Pacto da Liga das Naçoes, colaborem cada vez mais e mais concretamente, tendo em vista assegurar a conservacão dos monumentos e obras de arte;

— "que convidem os mestres a educar a infancia e a mocidade no respeito aos monumentos, qualquer que seja a civilizaçao ou a época a que estes pertencam, e que essa açao educativa se estenda igualmente ao publico em geral, visando associar-lo á proteçao dos testemunhos de todas as civilizaçoes;

— "que os poderes publicos dos Estados se auxiliem reciprocamente no sentido de recuperar os objéto subtraidos ás coleçoes nacionais e clandestinamente exportados, embora tais objéto já tenham sido incluídos numa classificacão nacional;

— "que recomendem ás suas administraçoes de belas artes não requererem classificacão que implique na interdiçao de exportaçao, sinão para as obras que apresentem um interesse particular para o patrimonio artistico ou archeologico de seu país;

— "que as legislacões nacionais tenham em conta, na mais ampla medida, as necessidades de cooperacão internacional, considerando o principio de cessão por alienaçao, permuta ou registro, de objéto que não apresentem interesse para seus museus nacionais".

Para essas resoluçoes pede a Comissao de Cooperacão Internacional a atençao dos nossos administradores e de todos quantos, em, no país, responsabilidade nos serviços relacionados com a guarda e conservacão dos monumentos de historia e de arte.

Uma realização notável da liga brasileira de higiene mental

(Comunicado da Diretoria Geral de Informações, Estatística e Divulgação, do Ministério da Educação e Saúde Pública)

Constitue um fato auspicioso o desenvolvimento que vai tendo no Brasil os estudos psicológicos, desenvolvimento que eleva o país a uma situação de brilhante relevo nesse terreno de investigações científicas aplicadas ao aperfeiçoamento moral e mental da população. São já bastante valiosas as investigações realizadas neste terreno em alguns Estados, como o de Pernambuco, onde se faz sentir a ação perseverante do insigne pesquisador e organizador, professor Ulysses Pernambucano, e ainda os de São Paulo e Minas-Gerais, o que se pôde bem avaliar pelas interessantes informações e contribuições técnicas divulgadas em excelentes revistas de higiene mental e de pedagogia.

Na capital da Republica, com a atuação da Assistência a Psicopatas, que tanto concorre para afirmar os créditos da ciencia brasileira, se conjugam os esforços da Liga Brasileira de Higiene Mental. A obra dessa associação impõe-se pela sua benemerência e se concretiza em iniciativas de uma utilidade relevante e digna de todo o amparo do governo e do apoio integral da coletividade.

Sugere estas considerações a leitura do n. 2, ano 5.º, dos "Arquivos Brasileiros de Higiene Mental", recentemente divulgado, e onde se encontram elementos detalhados sobre a organização e os serviços que presta ao publico a L. B. H. M., pelas suas secções de estudo, pelo Labora-

tório de Psicologia, pela Clinica de Eufrenia, desenvolvendo uma salutar atuação profilático-social, mantendo um ativo intercambio intelectual com as nações estrangeiras e fazendo intervir decisivamente a sua ação bem orientada na campanha contra o alcoolismo, por meio de cursos, conferencias, congressos, e uma intensa propaganda pela imprensa.

Entre as mais recentes realizações da Liga, destaca-se a Clinica de Eufrenia, inaugurada em 15 de dezembro do ano passado, a qual "veiu dar-nos prioridade incontestante no tocante a esse genero de iniciativas não só no Brasil, como, talvez, em toda esta parte do Continente".

Destina-se a Clinica a "prevenir as doenças nervosas na infancia, corrigir as reações psíquicas anormais e sublimar o carater da juventude". Para atender a esses objetivos, achase organizada de modo a poder exercer com inteira eficiencia a atividade científica necessaria, "não apenas para as finalidades corretivas ou de reajustamento psíquico", mas tambem visando "os propositos construtivos, de aperfeiçoamento do psiquismo através de uma atuação medico-pedagógica durante no periodo inicial do desenvolvimento mental infantil".

Esse duplo carater da nossa Clinica de Eufrenia, torna-a, até certo ponto, uma organização *suí generis*, e lhe justifica o titulo original, que abrange na sua comprehensão alguma cousa mais que os serviços comuns das "clínicas de habitos" e das "clínicas de orientação da criança", existentes em alguns países.

"A Clinica atende às crianças desde os primeiros meses do

nascimento até os 12 anos de idade.

Nos lactentes, a sua função será de acompanhar o desenvolvimento neurológico e mental do infante, afim de que não padeça despercebido qualquer retardamento ou qualquer precocidade.

De 2 a 6 anos, épocas em que as idéas abstratas aparecem e se definem nas crianças, a Clinica procurará realizar o seu verdadeiro trabalho de eufrenia medico-pedagógica, concorrendo para a boa formação do psiquismo, da personalidade, do carater dos clientezinhos entregues ao seu cuidado.

Passada esta fase de formação e integralização da personalidade infantil, não será possível, na maioria das vezes, eufrenizar as crianças. Será, possivel, porém, ambientá-las, corrigi-las, orientá-las, auxiliando-as a vencerem, no segunda ou terceira infancia, os conflitos emocionais tão frequentes nesse periodo".

Não cabe nos limites de uma breve noticia expor o processo dos trabalhos técnicos e o seu funcionamento. Aquêles que comprehendem o serviço social, o serviço psicológico, e o serviço clinico, que se sucedem, devidamente articulados, para apuração das condições e dos antecedentes do paciente e determinação das soluções adaptáveis á variedade das causas occurrentes.

As atividades da clinica subentendem assim uma fase de inque-

rito e de estudos e outra de aplicações praticas, tendentes a resolver os problemas de que as investigações preliminares afetechem os elementos de solução.

Matriculada a criança no ambulatório; organizadas, pelo Serviço Social, a sua ficha psico-social com os dados relativos á sua vida progressa e á ambiença do lar, e a ficha psicologica pelo Serviço Psicológico incumbido de realizar os *tests* necessários; e fornecidos, pelo Serviço Clinico, os resultados de minucioso exame medico, a ficha psico-clínica habilita, afinal, plenamente, ao conhecimento da personalidade do paciente e dos meios aconselháveis para corrigi-la ou aperfeiçoá-la, de conformidade com as possibilidades evidenciadas nesses exames minuciosos e completos de que se prevalecerá o Serviço Clinico para cumprir, com o maximo de resultados, a missão que lhe compete, utilizando para a ação terapeutica ou preventiva o trabalho elucidativo dos outros serviços.

Esta, em resumo, a obra que se propõe realizar a Clinica de Eufrenia, a qual, por si só, representaria uma conquista notável do nosso progresso no terreno das realizações medico-sanitarias, e, todavia, constitue apenas um dos multiplos titulos de benemerência da Liga Brasileira de Higiene Mental.

Reabertura das aulas da escola de aperfeiçoamento

O discurso pronunciado pelo inspector geral da Instrução

Sob a presidencia do professor Guerino Casassanta, inspector geral da Instrução, e com a pre-

sença da diretora e das professoras do estabelecimento, realizou-se ontem, ás 14 horas, a reabertu-

ra da Escola de Aperfeiçoamento.

Compareceram ao ato grande numero de alunas, distintas familias e pessoas de nossa sociedade.

O professor Guerino Casanata, depois de expôr os motivos da ausencia do dr. Noraldino Lima, secretario da Educação, pronunciou o seguinte discurso, ao declarar abertas as aulas:

"A reforma do ensino em Minas-Gerais foi o inicio de uma nova fase nas correntes educacionais do Brasil, em cujas fileiras atuou como um vigoroso estimulo, reunindo e congregando as atenções em torno de nosso maior e mais urgente problema.

A escola, até então, e não obstante o esforço notorio e proclamado de nossos professores, estava longe da realidade, vivendo num mundo á parte, distante de sua época e, portanto, incapaz de atingir o ideal da educação, que é transformar a criança num ser com todas as possibilidades de exito e de sucesso.

A reforma do ensino veio deslocar os interesses e desvelos da velha escola, todos estes convergentes á segurança e estabilidade da disciplina ferrea e, em consequencia, tendentes á exaltação e á preponderancia do professor na classe. Houve uma troca de papeis e a criança passou a constituir o verdadeiro problema da escola, porque é ella o maior problema das sociedades.

A transformação efetuada exigiu e exige novos e mais amplos conhecimentos, nova e mais sólida cultura.

Na antiga escola a questão era de simples disciplina e de autoridade. O bom mestre, dentro dessa concepção simples, seria aquele que melhor mantivesse o silencio em sua classe.

Não havia, portanto, necessidade de cultura especializada, por-

que a criança era elemento secundario na escola. —

A reforma do ensino, embora contando com a tradicional boa vontade do professorado, não poderia vingar si ele proprio não se renovasse ao contacto directo com as novas idéas.

E o governo, não medindo sacrificios, creou e instalou a Escola de Aperfeiçoamento, cujos magnificos frutos vão aparecendo já através do trabalho de mais de duzentos professores que formou.

Podese dizer que a reforma do ensino se generalizou e que, em todos os recantos da terra mineira, a escola não é a mesma de anos atrás, animadas como todas se acham do mesmo proposito de renovação e de progresso.

Estamos, entretanto, longe ainda do ideal. Sô daqui a muitos anos mais, e depois que todo o professorado possa perfeccionar-se na grande ciencia da educação da infancia, é que podemos descançar colhendo alegremente os frutos e os resultados de todos os esforços despendidos e de todos os sacrificios realizados.

O vosso chamamento é a vossa escolha para cursar a Escola de Aperfeiçoamento constitue uma responsabilidade que muito vos deve desvanecer e estimular: sois, senhoras professoras, as eleitas dentre as vossas colegas, de todos os recantos de Minas, que se candidataram á matricula. Não foi possivel ao governo, por motivos de ordem financeira, atender a todas as solicitações, mesmo porque constituiria esse fato um desequilibrio para os estabelecimentos de ensino.

Cumprê-vos, portanto, agir tendo em vista a grande tarefa a realizar: estudar para tirar da Escola todo o proveito possivel; proceder de fórma a enriquecer as suas tradições com as vossas virtudes e com a vossa bondade.

Que as esperanças que o governo deposita em vossa eficiencia e em vossa boa vontade se convertam num esforço reiterado e exemplar, num impulso uniforme em busca da perfeição.

Com estas palavras, tenho o prazer de, em nome do sr. Secretario da Educação e Saude Publica, declarar inaugurado o ano letivo de 1933".

Terminada, sob aplausos, a ora-

ção do professor Guerino Casanata, foi dada a palavra á sra. professora Amelia de Castro Monteiro, diretora da Escola de Aperfeiçoamento, que, agradecendo a presença do inspetor geral da Instrução e das demais pessoas ali reunidas, disse da finalidade e dos promissores exitos da Escola que dirige.

Debaixo de palmas, em seguida, pelo sr. Inspector, foi encerrada a sessão.

Bibliotecas populares

(Comunicado da Diretoria Geral de Informações, Estatística e Divulgação do Ministerio da Educação e Saude Publica)

O desenvolvimento que vão tendo as bibliotecas populares nos principais países civilizados, reflete a preocupação de facilitar ao proletariado o aperfeiçoamento cultural que justamente pleiteia para melhor ocorrer ás responsabilidades orundas do crescente prestigio da classe na sociedade contemporanea e para satisfazer ás aspirações maiores que justificam as conquistas já realizadas pelas organizações *leaders* do movimento trabalhista.

Daí, o apelo do Bureau Internacional do Trabalho ao Instituto Internacional de Cooperação Intellectual, no sentido de obter o concurso daquele orgão da Liga das Nações ao estudo desse importante problema e a consideração que mereceu o pedido, formulado em março de 1931, e atendido pelo Instituto, num substancioso relatório que revela o progresso facilitado ás iniciativas de auto-cultura pela disseminação de bibliotecas destinadas a desviar dos centros de recreação improduttiva, ou mesmo nociva aos trabalhadores, os operários em folga, principalmente

depois que concorreu para lhes aumentar o tempo disponível o regime das 8 horas de serviço nas oficinas e fabricas.

As bibliotecas populares para os lazers operarios distinguem-se das bibliotecas publicas pela categoria de leitores que visam beneficiar, embora em alguns países, como na Inglaterra e nos Estados- Unidos, não haja lugar para tal distincção, por serem os fins das ultimas preenchidas pelas primeiras devidamente organizadas para realiza-lo de maneira cabal. Onde funcionam bibliotecas de carater exclusivamente popular para o operariado obedecem a diferentes sistemas de organização. Na Russia se integram ellas num plano do conjunto elaborados pelas autoridades governamentais; na Italia são dirigidas pela *Dopolavoro*, em alguns países como o Japão, a Rumania, a Austria, etc., por um organismo especial consagrado á propagação da educação operaria em geral. Na Belgica, a secção das bibliotecas da Central Operaria, mantem nada menos de 2.174 bibliotecas. São frequentes por outro lado os sistemas de bibliotecas publicas-populares, em regra municipais, ou comunais, funcionando prefe-

rentemente para fins de recreio e educação do operariado. Na Islândia 34 das comunas mantêm instituições desse genero.

As bibliotecas populares podem funcionar com organização autonoma, ou representando filiais de grandes bibliotecas, ou constituindo simples depositos regionais de bibliografia escolhida, posto ao alcance dos interessados em pontos centrais como, por exemplo, as agencias do correio.

O sistema da organização "Biblioteca para Todos", existente na Suíça, merece uma particular menção. O país foi dividido em 7 regiões, possuindo cada uma um deposito fixo na vizinhança das grandes bibliotecas. O deposito central acha-se instalado em Berna, e dos demais partem caixotes com livros ou "cantinas" (contendo volumes em numero variavel, adaptavel ao caracter dos leitores a que se destinam), para todas as "estações" (localidades, instituição, corporação, fabrica ou grupo de, pelo menos, 10 pessoas, que as tiver solicitado). As remessas são feitas com o prazo de alguns meses para devolução e mediante modica importancia de 5 a 8 francos suíços.

Exorbita dos limites desta noticia uma reprodução integral dos interessantes elementos que apresenta para o estudo da questão das bibliotecas populares, o relatório do Instituto de Cooperação Intelectual.

Cumpra, porém, aludir à parte final desse trabalho que transcreve trechos mais importantes de leis promulgadas em varios países com o fim de promover a diffusão da auto-cultura pelas bibliotecas ao alcance das classes trabalhadoras: a lei sueca de

1930, a belga, de 17 de outubro, de 1921, a dinamarquesa de 1930, a finlandesa de 1928, e checoslovaca de 22 de julho de 1919. Esta ultima tem particular importancia, desde que objetiva obrigar a todas as comunas a criarem bibliotecas publicas, que proporcionem leituras instrutivas e recreativas de real valor para o povo, "no intuito de completar e aprofundar a instrução de todas as camadas da população".

Sem pretender resolver de uma feita esse interessante problema no Brasil, problema para o qual o comandante E. de Montarroyos, nosso representante no Instituto de Cooperação Intelectual, pediu a atenção do nosso Governo, por intermedio do Ministerio das Relações Exteriores, o Ministro da Educação e Saude Publica tem tomado algumas iniciativas que merecem registro. Assim o decreto n. 20.529, de outubro de 1931, que instituiu o Serviço Nacional de Intercambio Bibliografico, criando depositos da bibliografia oficial brasileira no interior e fóra do país, apresenta evidente correlação com o assunto versado na presente noticia, ao qual mais diretamente se prende a materia do aviso circular I E 300, de 22 de dezembro do ano passado, no qual o dr. Washington Pires, ministro da Educação e Saude Publica, encareceu, dirigindo-se aos srs. Intenventores Federais, a necessidade da organização sistematica, em todos os nossos municípios, de bibliotecas, museus e arquivos, frangeados ao publico e instalados de modo a prover, ainda que em moldes modestos, à extensão da cultura popular.

O ensino nos Estados

São - Paulo

E' do seguinte teor o decreto n. 5.840, ontem assinado pelo sr. interventor Federal, dando nova organização ao ensino estadual:

TITULO I

Do Instituto de Educação

CAPITULO UNICO

Da sua organização e de seus fins

Art. 1.º — O Instituto de Educação, em que nesta data se transforma o Instituto "Caetano de Campos", tem por fim:

- Formar professores primarios e secundarios e inspetores e diretores de escolas;
- manter cursos de aperfeiçoamento e divulgação, para os membros do magisterio;
- ministrar, ensino primario e secundario a alunos de ambos os sexos, em estabelecimentos que permitam a observação, a experimentação e a pratica do ensino, por parte dos candidatos ao professorado.

Art. 2.º — O Instituto de Educação se constitue das seguintes escolas e anexos:

- Escolas de Professores;
- Escolas Secundarias;
- Escolas Primarias;
- Jardim da Infancia;
- Biblioteca.

TITULO II

Da Escola de Professores

CAPITULO I

Da sua organização e fins

Art. 3.º — A Escola de Professores tem por fim formar profissionais do ensino primario e se-

cundario e fornecer cursos de aperfeiçoamento cultural e profissional para o professorado, mantendo, para isso, os centros de investigação que se tornarem necessarios.

Art. 4.º — O ensino, na Escola de Professores, se distribue pelas seguintes secções:

- Educação;
- Biologia aplicada à educação;
- Psicologia educacional;
- Sociologia educacional;
- Pratica de ensino.

Art. 5.º — A primeira secção, que compreende o conjunto de estudos técnicos relativos à educação, fornecerá os seguintes cursos, além de outros:

- historia da educação;
- educação comparada;
- principios gerais de educação;
- filosofia da educação.

Art. 6.º — A segunda secção tratará dos seguintes cursos:

- fisiologia e hygiene da infancia e da adolescencia;
- estudo do desenvolvimento fisico durante a idade escolar;
- hygiene escolar;
- estatisticas vitais.

Art. 7.º — São elementos da terceira secção:

- a psicologia da criança e do adolescente;
- a psicologia applicada à educação;
- tests e escolas;
- orientação profissional.

Art. 8.º — A quarta secção compreende:

- a sociologia educacional;
- problemas sociais contemporaneos;
- investigações sociais em nosso meio.

Art. 9.º — A quinta secção se divide em duas sub-secções: a de

prática de ensino e a de matérias de ensino.

§ 1.º — A sub-seção de prática de ensino visará o treino profissional dos alunos, levando-os à observação, experimentação e participação do ensino, e dará também os cursos de administração escolar.

§ 2.º — A sub-seção de matérias de ensino incluirá todos os cursos das matérias que o professor terá que ensinar, já no curso primário, já no secundário, tratadas sob os seguintes aspectos:

a) psicologia das matérias de ensino;

b) histórico do seu desenvolvimento no programa escolar, e relações que mantém com as demais matérias;

c) organização do respectivo programa, nas várias classes de ensino, segundo os diferentes tipos de escola ou de sistema escolar;

d) estudo crítico de compendios e manuais.

Art. 10 — A seção de prática de ensino com as suas escolas de aplicação, deve tornar-se o centro à volta do qual gravitarão todos os outros cursos de formação profissional de alunos-mestres.

Parágrafo 1.º — A escola primária, o jardim da infância e escolas ou classes maternais anexas, colocadas sob o controle de seção de prática de ensino, terão, integrados na mesma seção, os seus professores, rigorosamente escolhidos do quadro do magisterio primário e designados para servirem nessas escolas experimentais, em que permanecerão enquanto forem efficientes os serviços prestados.

Parágrafo 2.º — O regulamento fixará o numero:

a) — de crianças que devam ficar a cargo do aluno-mestre e de horas que esse aluno deve dispendar na observação, na par-

ticipação e na prática do ensino; e,

b) — de alunos que devem ficar sob a orientação do professor de prática e como este deve organizar os seus trabalhos de educação e fiscalização.

Parágrafo 3.º — No fim do curso profissional, o professor da seção, ou seu assistente, dará um curso de integração ou de reconduzir a teoria educacional no espirito do aluno-mestre a uma coordenação logica, após as duvidas, as dificuldades e os problemas que trouxer a pratica na escola de aplicação.

Art. 11.º — O ensino de psicologia, biologia e sociologia deve ser o mais possível aplicado à educação, vitalização e illustração por demonstrações e applicação de laboratório, no meio social e nas instituições que fornecerem campo de observação, demonstração e experiencias.

CAPITULO II

Dos cursos

Art. 12.º — Haverá na Escola de Professores, os seguintes cursos:

a) — curso para a formação de professores primários;

b) — curso para a formação de professores secundários;

c) — curso para a formação de diretores escolares;

d) — curso para a formação de inspetores escolares;

e) — curso de aperfeiçoamento.

SECÇÃO I

Do curso para formação de professores primários

Art. 13.º — A formação de professores primários se fará em dois anos, compreendendo os cursos que forem necessários, de cada uma das cinco secções em que se divide o ensino.

Paragrafo 1.º — O horario, a organização e seriação dos cursos ficam a cargo do Conselho Técnico, constituídos dos professores catedráticos ou professores chefes de seção, e de chefe de serviço de psicologia applicada, sob a presidencia do diretor da escola de professores, que convidará, quando necessario, os professores assistentes.

Paragrafo 2.º — Além dos cursos gerais, no plano de estudos, haverá cursos especiais intensivos, de tres meses, dados por professores assistentes, sobre materia e qualquer das secções para os alunos que deles necessitarem por deficiencia de preparo.

Paragrafo 3.º — Os programas dos cursos gerais ou especiais, (trimestrais, semestrais ou anuais), serão organizados anualmente pelos professores catedráticos e pelos assistentes incumbidos de da-los sob a orientação geral dos chefes das respectivas secções e submetidos para os fins de coordenação à aprovação do Conselho Técnico.

SECÇÃO II

Do curso de formação de professores secundários

Art. 14 — Enquanto não se estabelecer em São Paulo a Faculdade de Educação, Ciências e Letras, de acôrdo com normas federais, haverá tambem curso de formação de professores secundários.

Paragrafo 1.º — O curso de formação de professores secundários compreende tres anos, sendo os dois primeiros de cursos gerais fundamentais de cada uma das secções em que se divide o ensino na Escola de Professores, o terceiro de cursos especiais relativos aos problemas psicologicos e sociais da adolescencia e ao curriculo secundario.

Paragrafo 2.º — Os cursos especiais no ultimo ano versarão sobre as seguintes materias, correspondentes às cinco secções:

1) ensino secundario comparado;

2) fisiologia e higiene da adolescencia;

3) os problemas sociais da adolescencia;

4) psicologia do adolescente;

5) pratica do ensino.

§ 3.º — São applicaveis a esse curso as disposições dos paragrafos do artigo 13, deste decreto.

Art. 15 — Para a verificação dos conhecimentos do candidato, na materia de que pretende fazer-se professor, o sistema a obedecer-se é o seguinte:

1) ao pedir matricula no 3.º ano da Escola de Professores, o candidato juntará documentos, tais como os titulos scientificos, diplomas academicos, trabalhos publicados, pelos quais prove, a juizo do diretor, ou da comissao que este resolve consultar, a sua familiaridade com a materia;

2) deferido o pedido de matricula, deverá o candidato, durante o ultimo ano de curso, ou dentro do primeiro ano subsequente, submeter-se à prova de habilitação na materia de sua escolha, perante banca constituída e presidida pelo diretor do Instituto, e composta de dois professores especializados e de um catedrático da Escola;

3) o programa da prova deve abranger, no minimo, o do curso secundario official, acrescido de uma parte historica e outra filosofica;

4) o numero e a natureza das provas serão determinados pela banca, com cinco dias de antecedencia, segundo a materia em exame, devendo haver, obrigatoriamente, duas dissertações escritas, em dias diferentes, sobre ponto, tirado à sorte, de uma lista de, pelo menos, trinta, anun-

ciados ao candidato com tres dias de anticipação.

Art. 16. — Será considerado habilitado para o ensino secundario da materia que require, o candidato que obtiver aprovação tanto no curso de tres anos, da Escola de Professores, como nas provas de habilitação referidas no artigo anterior.

SECÇÃO III

Do curso para a formação de diretores e inspetores escolares

Art. 17. — O curso para formação de diretores e inspetores de escolas, compreende tres annos, dos quais os dois primeiros se constituirão de cursos gerais fundamentais das cinco secções, e o terceiro de cursos especiais sobre administração e inspecção escolares.

Art. 18. — Os cursos especiais do ultimo anno, a cargo do professor-chefe da quinta secção, abrangerão as seguintes materias: 1) a administração escolar, suas bases scientificas, sistemas e processos; 2) a inspecção escolar, sua natureza e suas funções administrativas e técnicas.

§ 1.º — Nesse curso se deverão estudar o processo scientifico para a solução dos problemas da administração e inspecção escolar e a contribuição que os investigadores no campo da psicologia, da sociologia, da filosofia, da economia e da historia, têm trazido para o desenvolvimento dos metodos applicaveis á administração escolar.

§ 2.º — Os professores, como investigadores scientificos no campo da administração escolar, devem promover investigações concernentes aos seguintes pontos principais:

1) ação do governo e medidas tomadas para realizar os desejos e necessidades da comunidade no

que se refere á educação e á organização da educação publica, em relação com os governos de municipio, dos Estados e da União;

2) a parte economica do programa da educação; 3) a pratica do ensino e da obrigatoriedade escolar;

4) a organização de escolas e de classes, atendendo ás diferenças existentes entre os alunos no que se refere á intelligencia, resultados de trabalho, condições fisicas e tendencias vocacionais;

5) o desenvolvimento de programas de estudos e de cursos que tenham em conta as diferenças individuais e os fins sociais que a escola deve realizar;

6) a pratica, a inspecção e a remuneração do pessoal docente;

7) a cooperação da escola com as outras instituições sociais;

8) a provisão de edificios e de mobiliario adequado, para o melhor desenvolvimento do programa escolar;

9) a administração dos negocios escolares;

10) a informação ao publico dos trabalhos realizados.

SECÇÃO IV

Dos cursos de aperfeiçoamento

Art. 19. — Sob proposta do diretor ou dos professores, ou por solicitação de candidatos, a Congregação poderá instituir cursos de aperfeiçoamento para membros eativos do magisterio.

Art. 20. — Os cursos, cujos programas serão organizados pelos professores respectivos, e aprovados pelo diretor, visarão sobretudo a exposição e a demonstração sucinta das modernas aquisições theoricas e praticas, relativas ás materias da Escola.

Art. 21. As condições de preparos para as matriculas aos cursos de aperfeiçoamento, e o numero de aulas, serão estipuladas

pelo diretor, depois de ouvido o respectivo professor.

Art. 22. Para os cursos de aperfeiçoamento poderão ser cobradas taxas, pelo Instituto, de forma que o total arrecadado cubra pelo menos 2/3 (dois terços) das despesas.

Paragrafo unico. — A titulo de premio, poderá o governo, cada anno, designar até dez professores ou diretores, escolhidos pela Diretoria do Departamento de Educação entre os mais capazes, para acompanharem cursos de aperfeiçoamento, pondo-os em comissão e dispensando-os de qualquer taxa.

SECÇÃO V

Do serviço de psicologia aplicada

Art. 23. — Fica anexado á Escola de Professores, como integrante de sua organização, o Serviço de Psicologia Aplicada do Instituto "Caetano de Campos", reorganizado pelo decreto numero 5.809, de 20 de janeiro de 1933.

§ 1.º — Os alunos da terceira secção deverão fazer estagio de ensino e oitenta dias nesse Serviço, após entendimento entre o seu chefe e o professor de psicologia educacional.

§ 2.º — O programa dos trabalhos a realizar pelos alunos deverá estar subordinado á organização geral do Serviço, e em relação com o desenvolvimento do programa de psicologia da Escola de Professores.

SECÇÃO VI

Do Museu Social

Art. 24. — Fica criado, anexo á Escola de Professores, um centro de documentação social, sob

o titulo de Museu Social, em que se reunirá tudo o que puder informar os professores e o publico em geral, sobre a vida das sociedades, sua evolução historica, na sua estrutura, no seu progresso e nas suas atividades.

§ 1.º — O Museu Social terá por fim recolher todos os dados e documentos relativos á formação e evolução das sociedades humanas em geral, e especialmente dos grupos sociais brasileiros, para o estudo objetivo da Sociologia, que deve repousar sobre fatos reais, concretos, positivos e imparcialmente observados.

§ 2.º — O Museu Social terá tantas secções quantas são as categorias de fatos sociais (economicos, agricolas, industriais, comerciais, politicos, juridicos, morais e religiosos, linguisticos, esteticos), devendo merecer um cuidado especial a organização da secção relativa aos fatos sociais pedagogicos, ou ás origens, á evolução e ás tendencias atuais das instituições sociais escolares.

§ 3.º — A organização e direção do Museu Social ficará a cargo do assistente da quarta secção, sob a orientação imediata do professor chefe desta secção.

ESTADO DO RIO

Perante o Conselho de Educação do Estado do Rio, o Dr. Celso Kelly, Diretor da Instrução Publica, após algumas palavras de explicação e análise da situação de ensino naquella unidade federativa, procedeu á leitura do plano de educação para o Estado e da reorganização do aparelho escolar, plano que foi aprovado imediatamente, com o parecer favoravel dos professores Venancio Filho e Alaliba LePAGE:

Plano de educação para o Estado do Rio

1.º — O Estado do Rio de Janeiro organizará a educação de seu povo, pelos modernos princípios pedagógicos, segundo quatro grandes esferas de ação:

- a) educação comum sistemática para as gerações novas;
- b) educação especializada para os debeis e defeituosos;
- c) educação intensiva destinada aos adultos analfabetos, incultos e inaptos para o trabalho.
- d) educação emendativa dos delinquentes.

2.º — A educação sistemática visará, por tres grás successivos, preparar a formação integral do individuo, desenvolvendo-lhe as aptidões necessarias para ingressar nas atividades organizadas, tornando-o util á coletividade e ao Estado, e proporcionando-lhe os conhecimentos gerais que dignificam o homem.

3.º — A educação, como a sociedade, assentará na organização do trabalho, estando em função das necessidades regionais e das aptidões do individuo, afim de que estas sejam utilizadas de acórdio com a economia pública.

4.º — Em tres grás será exercitada a educação; elemental, com a iniciação profissional; secundária, com a preparação profissional; universitaria, com a especialização profissional; para a correspondente formação do aprendiz, do obreiro e do mestre, no campo manual ou mecanico, e no dominio intelectual dos profissionais em geral.

5.º — Prestando assistência aos debeis e defeituosos, o Estado deverá suprir a incapacidade desses seus filhos pela educação especializada, integrando-os en-

tre os aptos para as atividades sociais.

6.º — Promoverá o Estado, por ação intensiva, uma educação elemental para os adultos que, sendo iletrados e desprovidos de preparo profissional, representam um elemento de resistencia á evolução social, á formação das novas gerações e ao desenvolvimento do trabalho. Essa educação permitirá o natural reajustamento do homem ao meio economico, pela aplicação adequada de suas aptidões.

7.º — A repressão aos delictos só será realizada efficientemente pelo Estado quando este transformar as suas penitenciarías e prisões, de simples portas de reclusão, sob o ponto de vista moral, e para assegurar-lhes o trabalho honesto e a subsistencia pelo conhecimento de uma profissão util á sociedade, tor mandando-o apto segundo suas condições pessoais. No sistema de sanções, deverá influir, com preponderancia, o aproveitamento dessa educação emendativa.

8.º — A obra educacional encontra na escola o campo adequado para sua ação primeira, desde que a escola se torne um centro de atividade permanente, onde os conhecimentos transmitidos se demonstrem e se obtinham, ao invés de serem impostos.

9.º — A escola deverá existir profundamente disseminada, atendendo á sua localização, á distribuição de população, ás condições de clima e meio, ao acesso facil, á rede de transporte e á situação economica da região. Deverá instalar-se em predio especialmente construído para esse fim, atendendo aos requisitos de ordem pedagogica, higienica e estetica, e ás condições de economia, simplicidade e alegria. Deverá ser, por todos os motivos, um local de simpatia e atração.

10 — A educação, entretanto, não se limitará á escola, mas a anteceder nos jardins de infancia que se estenderá nas instituições paralelas, como o circulo de pais e professores, as ligas de bondade, os corpos de saúde, a policia interna, as organizações escolteiras, os gremios de alunos, as caixas economicas, as cooperativas de objetos de uso e todas que transmitem para o ambiente escolar a realidade da vida social. Completar-se-á nas sociedades e centros de cultura, nos museus e nas exposições, nos laboratorios e nas oficinas, nos institutos de pesquisa e em todo campo experimental. Ultrapassará os limites do municipio ou do Estado, quando necessario, instituindo-se bolsas para os que se revelem dignos desse privilegio.

11 — A educação ainda encontra no livro um dos grandes fatores de divulgação. Bibliotecas, fixas e ambulantes, permitirão ao professorado, aos alunos, ás familias destes e ao publico em geral, leituras que completem e elucidem os conhecimentos humanos. Ao Estado não caberá apenas distribuir o livro, mas editá-lo impulsionando os estudos em seu territorio, e amparando, com sua assistencia, os verdadeiros valores mentais.

12 — A imprensa, o cinema e o radio são tres outros poderosos fatores de divulgação. Estendendo-se por toda parte, alargando continuamente seu raião de ação, penetrando todos os lares, exercem, na formação do povo, sua decisiva influencia. Ao Estado caberá servir-se desses aparelhos para a obra educacional e não permitir que, por qualquer modo, se transformem em instrumentos de vicios e maus costumes.

13 — Por sua alta finalidade, deverá ser a mais rigorosa possível a formação do professorado,

atendendo a que, ao contrario das outras profissões, o magisterio é imposto em nome do Estado ás gerações novas, ás quais se não dá o arbitrio da escolha.

14 — Não apenas capacidade se requer para o magisterio, mas ainda o Estado deverá assegurá-lo em suas funções, pondo-o a coberto de lutas partidárias, perseguições ou favoritismos politicos; instituindo a carreira do professor, com a segurança de independencia e do acesso merecido; cercando-o da autonomia didáctica e funcional, limitada, exclusivamente, pelos órgãos técnicos da educação.

15 — Todo o professorado deverá obedecer ao mesmo sistema geral de formação, para garantir a unidade de orientação no ensino. Cumpre, entretanto, de acórdio com as necessidades regionais, permitir a variedade de soluções locais precisas.

16 — A obra educacional, baseada no trabalho, se completará com a elevada organização deste, de tal forma que haja perfeita articulação entre egressos da escola e as corporações trabalhistas em geral, assegurando em lei o aproveitamento dos mais capazes, por seus conhecimentos técnicos.

17 — Dentro dessas bases será organizado o aparelho educacional do Estado.

O APARELHO EDUCACIONAL

Dentro dessas idéas, assim se organizará o aparelho educacional do Estado:

1 — A educação elemental será ministrada nas escolas elementares, em 5 anos, podendo existir, a título precario, escolas até o 3.º ano inclusive.

Considerará a educação elemental no ensino basico e na iniciação profissional, ambos orienta-

dos no sentido regional, sem prejuízo das aptidões individuais, nem do espírito nacional, nem da solidariedade humana, os quais deverão presidir a toda a obra de educação.

A educação elemental habilitará os que as concluírem para o ingresso nos liceus, escolas normais e profissionais, e, quanto á organização do trabalho, dará aprendizagens para os ofícios de mais interesse da região.

II — A educação secundaria compreenderá:

a) o liceu, com o curso ginásial;

b) a escola normal de 1.º grau, para formação do professorado das respectivas regiões, em 4 anos, permitindo o prosseguimento do curso ginásial em liceu, a partir do 4.º ano deste. Essa escola terá a organização pratica de uma escola profissional de professores;

c) a escola profissional, distribuída nos dez maiores centros de atividade do Estado, especializada de acordo com as respectivas regiões, em 4 anos, com parte comum ao curso ginásial, permitindo o ingresso neste, a partir do 3.º ano.

A educação secundaria habilitará:

a) os que concluírem o curso do liceu, para ingresso nas Faculdades;

b) para os que concluírem o curso da Escola Normal, para o ingresso no Magisterio Elemental (parte do ensino basico);

c) os que concluírem o curso da Escola Profissional, para o ingresso no Magisterio Elemental (Iniciação profissional), ou para o exercicio da profissão como obreiro;

d) os que concluírem o curso da escola normal ou da profissional, sua transferencia para o li-

ceu respectivamente no 4.º e no 3.º anos ginásiais.

III — A educação especializada consistirá nos cursos da Universidade, assim divididos:

a) secção de aperfeiçoamento do Magisterio;

b) secção de agricultura;

c) secção de pesca;

d) secção de ofícios de metal;

e) secção de ofícios de madeira;

f) secção de ofícios de decoração;

g) secção de construção, engenharia e arquitetura;

h) secção de medicina, farmacia e odontologia;

i) secção de direito e de administração publica;

j) secção de comercio;

k) outras a serem instituidas oportunamente.

A educação especializada formará nos ofícios os mestres das profissões liberais, os respectivos titulares nas demais secções, os técnicos.

IV) — Os diplomados pelas escolas normais do 1.º grau ingressarão no Magisterio da Região, a que corresponda a respectiva escola normal, e só terão acesso no Magisterio e habilitação em todo o Estado, após haver frequentado e concluído a secção de aperfeiçoamento do Magisterio da Universidade.

V) — Em todas as escolas, da elemental á Universidade, o trabalho será organizado em forma cooperativa entre mestres e alunos, revertendo os lucros para os estudantes.

VI) — O aparelho escolar, na fixação de seus programas, obedecerá, rigorosamente aos principios da escola unica, assegurando igual oportunidade para todos e permitindo, com a equivalencia dos cursos, a livre transferencia de uns a outros.

Origem: Doação

Preço: —